

O ENSINO ESCOLAR NA PERSPECTIVA INTERCULTURALIDADE ÀS VISTAS DA COMUNIDADE INDÍGENA KAINGANG DE MARRECCAS, TURVO-PR¹

SCHOOL EDUCATION IN THE PERSPECTIVE OF INTERCULTURALITY IN SIGHT OF THE KAINGANG INDIGENOUS COMMUNITY IN MARRECCAS, TURVO-PR

Helen Leandra Barreto²
Carla Luciane Blum Vestena³

Resumo: O presente artigo objetiva contextualizar uma retórica histórica da cultura kaingang, com dados relevantes da situação atual de uma reserva indígena específica, Marrecas no Turvo-PR, com análise de uma pesquisa etnográfica⁴ da perspectiva da comunidade sobre o olhar da interculturalidade educacional no ensino escolar. A pesquisa baseou-se na etnografia, consiste em conhecer e compreender as especificidades do local, assim investigar os significados e sentidos atribuídos a problemática, pela análise do discurso, observando quais as expectativas da comunidade para realização de diálogo intercultural. Como resultados, a comunidade demonstra uma realidade social diferenciada, primeiro pela econômica, advinda de uma associação de compra e venda de erva-mate e do comércio de pinhão e artesanatos. Está mesma situação traz levantamentos de mudanças quanto ao modo de vida indígena, as problemáticas sociais e ambientais enfrentadas, apontando dificuldades enfrentadas pela sociedade kaingang que implicam diretamente ao ensino escolar, delas retiramos apontamentos específicos ao ensino.

Palavras-Chave: Ensino escolar, comunidade kaingang, interculturalidade.

Abstract: This article aims to contextualize a historical rhetoric of the Kaingang culture, with relevant data of the current situation in a specific indigenous reservation, Marrecas in Turvo-PR, with an analysis of an ethnographic research from the perspective of the community on the educational intercultural view of school education. The research was based on ethnography, it consists of knowing and understanding the specificities of the place, thus investigating the meanings attributed to the problem, by the analysis of the discourse, observing the expectations of the community to carry out intercultural dialogues. As a result, the community demonstrates a different social reality, primarily economical, arising from a combination of buying and selling yerba mate and pinion trade and handicrafts. The same situation brings about changes in the indigenous way of life, the social and environmental problems faced, pointing to difficulties faced by the Kaingang society that directly imply school education, from which we withdraw specific notes to the teaching.

Key words: School education, Kaingang community, interculturality

¹ Artigo elaborado a partir de uma estudo de dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (UNICENTRO) pela discente Helen Leandra Barreto, orientada pela Prof^o Dra. Carla Luciane Blum Vestena.

² Mestre em Educação pela da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: clbvestena@gmail.com

⁴ Aprovada pelo CONEP, Número do Parecer: 1.768.833, com anuência do cacique e dos participantes indígenas para registro de relatos, imagens e sons.

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa consistiu em verificar a problemática da interculturalidade, por meio da ótica indígena, contextualizada com a situação socioeconômica cultural atual da Terra Indígena Marrecas (Turvo-Pr). Associamos os problemas ambientais locais apontados pelos indígenas a possíveis temas emergenciais para interculturalidade no ensino.

A problemática ambiental envolve a mudança de um mundo, cuja a concepção chegou ao limite, pela sua exploração do homem pelo homem, e da natureza pelo homem. As ações destrutivas do homem colocam em cheque sua própria existência, pelo uso irracional e desenfreado dos recursos naturais que precisam ser repensadas criticamente e problematizada. Ordóñez alerta (1992, p. 45):

Se habla de educación del oprimido, del excluido y del marginado, entre otros, pero no se habla de la educación ante los grandes problemas que há levantado la “crisis ecológica”; se habla del contexto histórico-social pero no del ambiente histórico-social⁵.

A grande tarefa deste trabalho é discutir a educação dos oprimidos (indígenas), de um povo marginalizado e excluído, e que é mal interpretado muitas vezes, junto com a educação dos problemas ecológicos enfrentados pelos mesmos.

Para fundamentação teórica, usamos diversos autores, dos quais da cultura indígena, buscamos mais pesquisas etnográficas que descrevem a etnia kaingang, como: Veiga (1994, 2016, 2010), D’Angelis (1984, 2003), Mota (2000), Tomasino (1995, 2000), Cohn (2002), dentre outros, encadeando a cultura e a educação, finalizando com apontamentos da situação que tem sucedido as práticas pedagógicas da na escola indígena de Marrecas.

A princípio, a organização pode causar estranhamento pela sua forma de organização, que não se encontra de forma tradicional, com metodologia, resultados e análise, porém os três

conversam durante os capítulos de forma conjunta, provocando reflexões, críticas e apontamentos.

Como ferramenta da antropologia, o método usado no trabalho foi a etnografia, que consistiu na descrição de ações e eventos de grupos estudados para verificar os significados expressos nestas situações. Ela é a ferramenta que poderá subsidiar um diálogo educacional com a comunidade, e entender quais as expectativas da comunidade e dos agentes educacionais para realização de diálogo intercultural, priorizando as trocas de saberes que podem ser aplicáveis ao cotidiano Kaingang.

Conhecer e compreender as especificidades do local investigado e do espaço educacional pelas pessoas envolvidas, consiste em ouvir seus anseios, expectativas, objetivos e frustrações, a etnografia vem como metodologia que investiga os significados atribuídos a problemática do trabalho.

Pensando na pesquisa etnográfica, vamos pontuar o que ela significa, quais as suas características e qual sua vinculação com a educação. Para André (2008, Pg. 24), ela é um conjunto de técnicas para coletar dados e descrever em relato escrito sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social, enfim a descrição de ações, reações e representações dos atores sociais, dos seus signos e significados observados no cotidiano escolar que será transcritos nas formas literais.

A técnica principal está na observação participante, por que vem de encontro com o objetivo pois permite que em momentos o pesquisador direcionar o rumo da conversa facilitando a captar símbolos e representações, que respondem as perguntas da problemática, e que posteriormente são registradas em diários de campo, para formalizar a pesquisa.

Além disso, os participantes fazem parte de todo um conjunto que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou de uma sociedade. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros, expressos nos significados. Assim, ela poderá subsidiar uma troca de conhecimentos com a comunidade e entender quais as expectativas da comunidade e dos agentes educacionais para

⁵ Fala-se de educação do oprimido, do excluído e do marginalizado, entre outros, mas não se fala da educação diante dos grandes problemas que tem levantado a “crisis ecológica”; fala-se do contexto histórico-social, mas não do ambiente histórico-social. (Tradução nossa, os grifos são do original).

realização de diálogo intercultural, priorizando as trocas de saberes que podem ser aplicáveis ao cotidiano Kaingang.

Conhecer e compreender as especificidades do local investigado e do espaço educacional pelas pessoas envolvidas, consiste em ouvir seus anseios, expectativas, objetivos e frustrações, investigar os significados e sentidos atribuídos a problemática, para que posteriormente estes dados sejam processados a partir da análise do discurso.

É importante ressaltar que estes dados descritivos como ambiente, pessoas, situações, depoimentos e diálogos são sempre considerados inacabados. O pesquisador não busca comprovar teorias ou fazer generalizações, mas sim, descrever a situação, compreendê-la, revelar seus múltiplos significados pela sua fundamentação teórica.

Por ter essa característica etnográfica e por se tratar de pesquisa junto à população indígena, ressalta-se que este trabalho conta com aprovação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/2012 e na Norma Operacional Nº 001/2013 do CNS, cuja folha de aprovação encontra-se em anexo. Importante ressaltar que os todos as pessoas que contribuíram com essa pesquisa, sejam indígenas ou não, concordaram com a utilização de seus nomes, enquanto participantes da construção da mesma, mas que as mesmas não serão expostas.

Portanto, após essa apresentação da caminhada da pesquisadora e da pesquisa, bem como a metodologia a ser usada e a relevância da temática, seguimos explicando a organização, descrevendo os capítulos e subcapítulos, adiantando ao leitor, que não se trata de um trabalho com estrutura tradicional, fragmentada e pragmática, mas que dialoga todo instante, os fundamentos bibliográficos com a pesquisa de campo, provando ao leitor, reflexões, indagações e questionamentos.

Assim, para fundamentação *o Capítulo 1. Uma revisão histórica da cultura Kaingang* apresenta um levantamento bibliográfico que mostra a trajetória dessa etnia, pontuando dados de localização e territorialidade, acontecimentos históricos das lutas, criação de instituições do Estado e suas finalidades contadas no *capítulo 2 Uma breve retrospectiva histórica dos povos Kaingang*, bem como a caracterização da organização da sociedade Kaingang, nas esferas sociais e políticas, que norteiam as relações dos

indivíduo/comunidade e comunidade/escola, direcionando as interferências que a comunidade e poder político, caracterizado pela liderança, influenciam na escola e o sistema da gestão escolar e pedagógico encontradas no *capítulo 3 Estrutura territorial, social e política na comunidade Kaingang*, complementando com *capítulo 4 Caracterização de práticas culturais Kaingang descritas na literatura e sua relação com a disciplina ciências naturais*, respaldamos o ensino na ótica da Cultura Kaingang, remetendo primeiramente as práticas culturais descritas na literatura endossada pelos relatos dos protagonistas indígenas da comunidade escolar, para posteriormente no *capítulo 5 Economia Kaingang e a sua relação com a educação escolar e ambiental*, respaldar os encadeamentos da cultura e prática econômica da comunidade e suas implicações na educação escolar e contribuições par a educação com um diálogo intercultural.

UMA REVISÃO HISTÓRICA DA CULTURA KAINGANG

Padronizamos os conceitos, para evitar discrepâncias na argumentação, que são eles: memória e o grupo étnico, segundo a interesse da pesquisa. O primeiro ajuda a entender como alguns elementos do passado, trazem veracidade histórica do passado, pois frequentemente são refletidos no presente como uma experiência coletiva comum, do qual podem preencher uma lacuna deixada pela falta registros históricos. O segundo diz respeito a uma série de signos socialmente compartilhados pelos membros de uma determinada comunidade, que lhes outorgam um sentimento de pertença, de unidade. Estes mecanismos de construção da memória fortalece o sentimento de pertença étnica.

Pelo conceito da antropologia, as quatro características que possibilitam o reconhecimento de um grupo étnico, que apresenta um consenso epistemológico entre autores e são as menos refutadas pela diferenciação de grupos, determinam que os grupos étnicos, devem:

- 1º se perpetuar por meios biológicos;
- 2º compartilhar valores culturais fundamentais, postos em prática em formas num todo explícito;
- 3º compõe um campo de comunicação e interação;
- 4º tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de

uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem (BARTH, 1976. p. 2).

Os grupos étnicos estão imersos em aspectos culturais compartilhados, que vai além do olhar materialista da nossa racionalidade, mas a essência da cultura comum de um conjunto de elementos materiais e imateriais que possuem significado inteligíveis que atribuem um sentido ao mundo social. “Esses sistemas partilhados de significados são, na verdade, o que se entende por ‘cultura’.” (WOODWARD, 2004. p. 40)

Os indígenas da etnia Kaingang de Marrecas possuem estes traços de diferenciação, que, acentua-se quando comparado com a sociedade que eles mantêm contato direto e constante, os não-índio, demonstrando sua diferenciação pelos traços culturais e nuances implícitos da subjetividade. Porém, existe uma modificação destas características ocorrendo de forma lenta mas contínua que é percebida pelos mais velhos da aldeia, justificada pelo contato inevitável entre duas culturas completamente diferentes, causando uma ressignificação dos costumes, crenças, comportamentos e pensamentos da cultura Kaingang.

As fronteiras étnicas (BARTH, 1998) e sociais passam a ser manifestas nos rituais de troca e intercâmbio entre indígenas e não indígenas, por vezes de formas violentas e por vezes por eles consensuadas. Desde o período colonial, as ações de imposição econômica, política e ideocultural passam a criar e a recriar novas formas de subsistência nos territórios indígenas que, ao imporem um modelo de escola, provocam processos de descaracterização da vida na aldeia, como resposta, os movimentos indígenas têm legalmente (AMARAL et al, 2014). Essa apropriação pelos próprios indígenas cria novos processos de ressignificação da escola nos territórios indígenas, a partir das necessidades vivenciadas dentro desses territórios, numa perspectiva de afirmação de seu pertencimento étnico-cultural (PERES, 2007).

Iniciaremos buscando uma retórica histórica da trajetória dos povos kaingang, pontuando processos políticos de territorialidade e sua organização política e social nos dias atuais, complementado com outros aspectos da cultura Kaingang, enfatizado as práticas culturais, crenças, ritos, relações econômicas e ecológicas e, em todo momento será contextualizado referência

de pensadores com os relatos da comunidade sobre as temáticas, pontuando as implicações no processo educacional.

UMA BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DOS POVOS KAINGANG

No Brasil existem mais de 220 povos indígenas com uma população de aproximadamente 730 mil índios declarados que falam cerca de 180 línguas diferentes segundo pesquisas realizadas pelo ISA – Instituto Sócio Ambiental (2004) e pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005), e ainda há evidências de grupos de grupos isolados cujo contato e a identificação ainda não aconteceu. No censo demográfico de 2010 houve uma mudança na proporção que se autodeclara indígena, que passou para aproximadamente 818 mil índios, a hipótese é uma provável migração da categoria pardo para indígena proporcionada pela abertura de resposta cor de pele/raça, por autoidentificação.

Mesmo assim, vivendo uma realidade de crescimento demográfico dos povos indígenas (IBGE, 2005; ASSIS; GARLET, 2004) a qualidade de vida não tem melhorado, pelo contrário, essa minoria encontra-se marginalizados e são considerados grupo em suscetibilidade social, há à necessidade da ampliação da rede de saneamento básico e assistência institucional, para que acompanhe a melhoria na qualidade de vida desta população que continua apresentando altos índices de desnutrição, fome, doenças infecto-contagiosas (TOLEDO; MOTA; CHAVES, 2009) falta de moradias e alimentação adequadas, roupas e utensílios domésticos, pois representam a classe mais baixa, com maior índice de pobreza, do qual está atrelada a diversos fatores.

Os Kaingang tem um número populacional, considerado grande em relação as diversas etnias indígenas Brasil, considerado pelo censo de 2010 do IBGE a 3º maior população indígena com aproximadamente 37 mil pessoas. Os registros históricos caracterizam os Kaingang como povo guerreiro (denominados pelos brancos, de forma estereotipada, como “selvagens”), pela incansável luta pelo seu território devido à intensificação do processo de invasão de suas terras (MOTA, 2000). Tem a língua falada derivada da família linguística Jê, que também é os ascendente da etnia Xokleng, por isso são considerados os

parentes próximos. Atualmente são considerados duas etnias com um passado remoto comum (URBAN, 1992) que, com a separação histórica, desenvolveram processos socioculturais específicos que os tornaram relativamente diferenciados.

A cultura Kaingang desenvolveu-se à sombra dos pinheirais, ocupando a região sudeste/sul do atual território brasileiro, que possui como característica da flora no sul, a floresta ombrófila mista, que tem espécie principal à araucária (*Araucária angustifolia*), sendo que para a cultura kaingang, essa planta tem papel fundamental na alimentação e na fonte de renda familiar, como veremos adiante mais afundo, sobre a importância do pinhão na renda de Marrecas, bem como na sua alimentação, visto as duas vias: de comércio e de consumo (no item 1.4 Economia Kaingang e a sua relação com a Educação Escolar e Ambiental).

A extensão territorial dos Kaingang compreendia a zona entre o Rio Tietê (SP) e o Rio Ijuí (norte do RS). No século XIX seus domínios se estendiam, para oeste, até San Pedro, na província argentina de Misiones. Atualmente os Kaingang ocupam pouco mais de 30 áreas reduzidas, distribuídas sobre seu antigo território, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Paraná ressaltamos, que Marrecas é a terceira maior reserva indígena em território e se encontra afastada e isolada dos centros urbanos, o que diminui problemas sociais como acesso e consumo de bebidas alcoólicas e acidentes em rodovias, destacamos que existe casos na aldeia mas que ocorre com menor frequência.

“Todas as aldeias é assim, tem a bebida alcoólica, até nas outras vendem dentro, aqui apenas alguns que consomem, não é todos, e lá em laranjeiras quase todos, até as mulheres consomem.” (Interlocutor 1)

Os povos Kaingang obtinham um vasto território, que não eram contíguo, mas que abrangiam a as florestas de pinheiras e que por consequência, antes da exploração colonizadora era o maior território. Os Xokleng, considerados seus parentes mais próximos, preferiam as zonas de transição do campo e das florestas. Entretanto, os Kaingang paulistas, pela ausência das florestas de araucária habitavam as margens do Rio Tietê e o Rio do Peixe.

A expansão dos portugueses com finalidades econômicas iniciou em 1812 por frentes militares na região de Guarapuava, onde ocorreu os primeiros contatos com os grupos kaingang, e na mesma época os Xokleng dos campos de Lages entravam com guerra pela ameaça da ocupação das terras. Até 1830, os avanços militares já estavam estabelecido com uma economia pastoril, seguindo a trajetória exploratória, rumo ao Rio Grande do sul.

O processo de expansão para o norte e oeste dos Campos Gerais está intimamente relacionado à procura de uma ligação por terra, entre o litoral de Paranaguá e o Estado do Mato Grosso. Esta ligação era de extrema importância para o governo imperial, pois visava à consolidação da conquista das terras para além do rio Paraná. A abertura destas estradas e caminhos atravessam dezenas de terras Kaingang. Os índios reagiam atacando os tropeiros, trabalhadores e colonos que iam se instalando nas paradas e locais para descanso. Estas paradas deram origem a vilas, como Castro, Ponta Grossa, Lapa e Palmeiras.

As diversas estratégias do período colonial para a conquista e dominação dos povos indígenas, sejam elas por guerras consideradas santas, Cartas Régias, Regimentos, Leis, todas afim de diminuir seu espaço territorial e agrupá-los em aldeias permanentes de áreas reduzidas. Segundo pesquisa de Tommasino (2000), esta ação política tida como uma das violências contra os povos indígenas, pois o saldo dela foi a separação de famílias, a mistura de etnias historicamente rivais, disseminando um maior número de doenças, profanou territórios sagrados, coibiu o uso da língua materna e colocou os índios em uma situação de extrema pobreza e dependência.

A violência era frequentemente praticada nesta guerra tida como justa contra os bárbaros, primitivos indígenas que se opuseram contra a nova sociedade colonizadora. Estas violências não eram praticadas apenas pelos brancos, mas pelos próprios indígenas que se aliavam aos novos governos provinciais. Nessa triste história destacaram-se os nomes de alguns caciques Kaingang segundo Juracilda Veiga (PORTAL KAINGANG, 2015), que serviram aos interesses luso-brasileiros como os de Condá, Viry, Doble, Portela, Prudente e Fongue. Viry e Condá colaboraram inclusive no extermínio e submissão de grupos Xokleng.

Em 1850 a aprovação da Lei de Terras que regularizou o regime de propriedade territorial no Brasil também foi extremamente prejudicial aos índios; a partir desta lei as terras indígenas foram expropriadas e incorporadas ao patrimônio nacional ficando os índios apenas com seu usufruto sem a propriedade das mesmas (FAUSTINO, 2006). Com a criação do ministério da agricultura, afirma Bittencourt (2000), diversas aldeias indígenas foram extintas formalmente e os seus habitantes condenados a virarem posseiros sem-terra e a perderem suas características culturais específicas. Como posseiros, vivendo em “terras estatais”, muitos índios foram expulsos ou exterminados pela ação violenta de particulares para se apropriarem destes territórios e forjarem, muitas vezes com a anuência de autoridades, documentos de propriedade.

O discurso do período da proclamação da República em 1889 em relação a questão indígena estava em “proteger” os povos por uma política e promover a modernidade no país, bem como oficializou a separação entre a igreja e o estado, acabando assim as ações missionárias. “O aparato aos indígenas deveria pela concepção estatal ser a escola, pois ela seria o instrumento capaz de promover a integração da população indígena ao Estado Nacional” (BARROS, 1994, p. 20).

Em 1910 foi criado SPI que foi um órgão responsável pela chamada "pacificação" dos Kaingang considerados arredios ao contato e a penetração, que tinha suas raízes nas influências positivistas que consideravam que os índios ainda estavam em um estágio de desenvolvimento da evolução humana na infância, estágio primitivo do qual os colonizadores proporcionariam o estágio científico ou civilizado. Segundo Bittencourt (2000), o militar Candido Mariano da Silva Rondon, Marechal Rondon, tornou-se referência no tratamento da questão indígena em função de seus métodos pacíficos de atração em áreas por onde passariam as redes telegráficas de comunicação nas regiões do centro-oeste e norte.

Dessa forma, o SPI funcionava como “posto de atração” que tinha como finalidade agregar os povos em áreas reduzidas, e apaziguar as situações de conflitos, dos quais muitos indígenas desapareceram, outros sabe-se que foram transferidos para outras aldeias, e outros não se sabe explicar o que aconteceu ou qual o seu destino. O confinamento dos indígenas em áreas reduzidas chamadas de reservas, concentrava um

grande número populacional, que era impossível as antigas práticas culturais para a sobrevivência.

O embate para a delimitação das terras dura até os dias atuais, as terras indígenas sempre foram cobiçadas, invadidas, dilapidadas e griladas. As terras ricas em pinheirais gerava bom rendimento na extração madeireira e vasta riqueza em erva-mate, intensificava o surto da expansão pelas fontes econômicas, por isso nos anos 40 aos anos 60, no sul do país, o próprio estado começou a violar as terras já demarcadas para índios, através do poder político e com a ajuda do SPI que apaziguava o cerco.

O cerco imigrantes e descendentes de imigrantes, pequenos proprietários e fazendeiros, ou seja, a presença de brancos, teve com fator importante de compulsão contra a permanência de tradições e práticas culturais indígenas, incluída a língua, além de casamentos interétnicos, do qual legitimava a posse das terras por parentesco, favorecendo os brancos. O resultado das uniões interétnicas foram famílias em que se usava sempre o português como língua franca, e os filhos tornaram-se falantes nativos dessa língua (D'ANGELIS, 1999).

Em 1967 este órgão SPI foi atingido por denúncias de corrupção, arrendamento de terras, venda de madeira, escravização e maus tratos aos índios, tendo sido substituído pela FUNAI-Fundação Nacional do Índio, cuja função principal foi apoiar a política do governo militar na integração dos povos indígenas com a finalidade de facilitar a conquista da Amazônia. O Estatuto do Índio, lei 6.001 (BRASIL, 1973) promulgada no governo de Emilio Garrastazu Médici em 1973, ainda em vigor, legalizou a transferência forçada de grupos indígenas para outras regiões quando o governo julgar que seu território possuía interesse vital para o desenvolvimento nacional e a segurança do país. Por esta legislação, os povos indígenas não exercem o controle das riquezas que se encontram em suas terras, destas eles só possuem o uso e não a propriedade, vivendo em caráter de uma opressão legalizada.

Assim, as reservas indígenas decretadas no início do século foram invadidas e reduzidas na década de 40 com o apoio do poder público, e permanecem cada vez mais reduzidas por invasões, enquanto a população somente cresce, gerando problemas sociais na comunidade por disputas de território, poder e sustento, bem como as percas culturais pela miscigenação entre etnias.

Os diversos massacres sofrido e a miscigenação da etnia, juntamente com outros fatores como o contato de práticas dos brancos assimiladas pelos indígenas, e a falta de condições para subsistência de suas tradições e crenças, culminaram uma grande perda da cultura kaingang que levaram a extinção de diversas simbologias, rituais, crenças e comportamentos.

ESTRUTURA TERRITORIAL, SOCIAL E POLÍTICA NA COMUNIDADE KAINGANG DA RESERVA INDÍGENA DE MARRECCAS-TURVO-PR

A comunidade indígena Kaingang de Marrecas se encontra localizada segundo a FUNAI (2016) em uma área de 16. 838,5694 ha num perímetro de 58 Km, e está situada nos municípios de Guarapuava que abriga 517,5 hectares, Prudentópolis com 200,80 hectares e Turvo que concentra a maior parte, sendo aproximadamente 10.000 ha constituídos de Floresta com Araucária, dentre plantios e nativas (FUNAI, 2011).

A área é caracterizada como Reserva Indígena, nomeadas assim porque “são terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional” (FUNAI, 2016). A aldeia de Marrecas se enquadra pela legalidade como área regularizada⁶, em domínio indígena dos quais fazem uso pleno.

A terra indígena de Marrecas está localizada na margem direita do Rio Marrecas, nos municípios de Turvo e Guarapuava, PR (não visualizável na imagem pela distância). Sua delimitação original aconteceu por Sesmaria⁷ destinada pelo regente Dom João VI. A expulsão dos índios da sesmaria foi por volta de 1850 (relatório do presidente da província de S. Paulo em 1852). A redemarcação das terras a favor dos índios aconteceu em 1880 pelo Governo

Provincial do Paraná, e outra nova demarcação no início da década de 1980, homologada em 03/1984, com registro de título de Imóveis de Guarapuava em agosto de 1949 (PORTAL KAINGANG, 2016).

Os dados populacionais encontrados, demonstram três momentos demográficos: 1945- “25 kaingang (fonte: SPI); 1975- 282 kaingang (fonte: FUNAI, 2005) -390 kaingang (fonte: portalkaingang.org), 2011- 540 kaingang (fonte: FUNAI, 2011)” (PORTAL KAINGANG, 2016). Toda a estrutura social é visível na distribuição das casas, de famílias, no modelo da sociabilidade na comunidade, no prestígio de funções políticas e religiosas. A estrutura política se configura de forma altamente hierarquizada, e está marcada a primeira vista pela posição máxima e respeitada ocupada pelo cacique, seguida do vice-cacique. O vice-cacique não é um mero coadjuvante das decisões tomadas pelo cacique, mas ambas são atribuições de prestígio.

As condições da estrada que dá acesso a Aldeia não são satisfatórias, as residências possuem água tratada, luz elétrica, faltando, no entanto, esgoto sanitário e destinação correta para os resíduos sólidos, condições observadas e descrita pela comunidade durante a pesquisa. Quanto aos meios de comunicação, possui apenas acesso ao telefone fixo segundo a pesquisa de Simioni (2006). Porém, nestes 10 anos que se passaram, muitos aspectos nas políticas públicas mudaram, dos quais podemos apontar acesso à tecnologias, como TV, antenas parabólicas, aparelhos de som, computadores, celulares e eletrodomésticos como geladeira, fogão, máquinas de lavar.

Relatos durante a pesquisa, afirma conquistas e mudanças percebida quando a memória descreve:

“Nós já somos igual os “brancos” de fora, temos de tudo, de primeiro não existia, e hoje nós temos, a casa é ajeitada, televisão, de tudo, e de primeiro os antigos deitavam no chão e as casas eram de palmeira, as paredes de pau cordado, hoje dá pra dizer que nós não somos mais índios, mas primeiro que a gente não esquece da língua, costumes e comidas, os ritos, mas é muito difícil ensinar os mais “novo” do que a gente já passou, os ritos, as rezas, comida e trança. Às vezes eu perco de contar o que o meu pai me contava, se os mais velhos

⁶ Áreas adquiridas que possuem registro em Cartório em nome da União e que se destinam a posse e usufruto exclusivos dos povos indígenas. * inclui-se neste item, a área Dominial (FUNAI, 2016).

⁷ Terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo.

morrerem não vai existir mais”.
(Interlocutor 2)

Alguns possuem casa de alvenaria, fruto de um programa do governo federal e estadual “casa indígena”, mas que não vem de encontro a percepção habitacional indígena, que preferem casa feitas de madeira, pois frequentemente há migrações de indígenas de aldeia para aldeia, e a casa de madeira facilita a mudança do local da mesma. A aldeia se encontra em processo de implantação de rede wireless que dará acesso à Internet à toda comunidade, de uso gratuito segundo um dos indígenas entrevistados, será fornecida pela prefeitura de Turvo, para eles isso constitui um grande avanço, pois propicia informação rápida.

Para o Cacique Marcos, ainda existem muitas necessidades que a população não conta como a destinação para o lixo produzido na comunidade, ele relata que a liderança tentou entrar em um acordo com a administração pública, mas que os mesmos não se comprometem em recolher os resíduos sólidos da aldeia e, que muitas famílias não sabem o que fazer com ele, dos quais as vezes são incinerados, outras enterrados no solo, e frequentemente ao redor das habitações.

A problemática enfrentado, decorre do consumo de produtos industrializados consumidos pelos indígenas, visto que a aldeia não tem condições de se manter pela produção própria de alimentos e, necessita de produtos básicos de higiene, vestimentas, uso de fraldas descartáveis, dentre outros produtos, devida mudança da forma de viver. Outra percepção resultante da pesquisa é que nos últimos anos, devido a fonte de renda obtida de trabalho fixo (produção de erva-mate), aumenta o consumo de produtos industrializados e consequentemente de resíduos produzidos.

No estudo de Simioni (2006) ela tem como objetivo analisar os obstáculos e desafios existentes para a melhor efetivação do imposto (ICMs ecológicos⁸) em áreas indígenas, sendo a

reserva indígena de Marrecas, situada no município de Turvo, utilizada como estudo de caso. Podemos ter a pesquisas como parâmetro das mudanças ocorridas nos últimos anos, bem como aproveitadas para verificação se os mesmos problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais permanecem ou foram superados, sabido que este foi o único estudo que aborda está temática na comunidade em questão.

Visto que estamos, descrevendo o território de preservação ambiental da reserva indígena, cabe falarmos do trabalho de Simioni (2006) que avalia o destino do ICMs ecológicos que as prefeituras recebem, a maior parte dela destinasse ao município do Turvo, já que o território maior está contido em sua delimitação. A área da Reserva Indígena de Marrecas corresponde a terceira maior em dimensões territorial indígenas do Paraná.

Os repasses anuais de 2008, citados em Simioni, foram de R\$ 833.892,63 (Turvo), R\$ 7.193,77 (Guarapuava), R\$ 3.746, 58 (Prudentópolis), os dados mais recentes comparados foram de 2010, com R\$ 1.046.450.10 (Turvo), R\$ 10132.26 (Guarapuava) e R\$ 5036.39 (Prudentópolis). Para o cacique Marcos, esses valores deveriam ser voltados à comunidade indígena, como forma de incentivo a preservação ambiental, mas que o município libera uma parte muito pequena, em forma de licitações como ferramentas e combustível que a comunidade faz uso, e controla um valor determinado de uso-fruto autônomo.

Segundo ele (Cacique Marcos), valores já foram recebidos em dinheiro por caciques anteriores, o que gerava confusão pela falta de controle que a comunidade teve sobre o benefício, e que as licitações em bens favorecem uma política de transparência pois ela é usada para o coletivo, sendo assim mais democrática. Mas que mesmo assim, considera pouco os investimentos da administração pública na comunidade indígena, a qual precisa de melhoras em vários setores, como saúde, educação, saneamento básico, transporte, agricultura, dentre outros.

Durante a pesquisa, um dos entrevistados demonstrou preocupação com destino deste imposto, apontando reflexões críticas sobre o assunto, dizendo:

qualidade socioambiental da área”. (SIMIONI, 2006, p.10).

⁸ “ICMS Ecológico, que foi implementado pioneiramente no Paraná e depois espalhado por vários estados brasileiros. O Estado do Paraná utiliza esse instrumento para compensar financeiramente e incentivar os municípios que possuem unidades de conservação e áreas de mananciais em troca da manutenção e melhoria da qualidade dos recursos naturais. A intenção é que parte dos recursos do ICMS Ecológico retorne à sua fonte de origem, de forma a manter e melhorar a

“... e o ICMS ecológico nosso, quem que segura? Será que é FUNAI? será que é núcleo? será que é prefeitura? A gente sabe aonde é que eles repassam, mas a gente não sabe quantos por cento, ninguém conta ao certo. Daquele dinheiro eles não estão consertando tratores, os carros da gente, é dinheiro nosso, e ficam dizendo que não tem dinheiro. Por que que a gente cuida dos nossos pinheiros aqui pra eles lá? É difícil a gente derrubar um pinheiro aqui, mas dá vontade de derrubar esses maquinários da gente, mas a gente está respeitando o meio ambiente. Então se a gente pensar, a área não é dos índios, a área é do governo. Por que o governo não vem ver a situação dos índios? É triste, né” (Interlocutor 2)

Entretanto, todos os educadores indígenas concordam entre si, que na escola não se tem desenvolvido este conhecimento crítico-reflexivo com os educandos, que muitas vezes não tem consciência dos seus direitos na sociedade, e encara-os com favores prestados de bom grado pelo poder público. Na visão dos educadores não indígenas, há uma preocupação em trabalhar geopolítica e economia no contexto local, mas que não tem sido alvo de interesse dos educandos, deixando os docentes desanimados em levantar provocações cognitivas neste sentido.

Segundo o estudo de Simioni em 2006, os indígenas possuíam um Posto de Saúde com atendimento médico e odontológico, necessitando de novas instalações e ampliação no número de profissionais, notório que é considerado insuficiente perante a demanda da população.

“Para os índios dessa reserva o Posto de saúde necessita de novas instalações, pois além de estar em condições precárias, o número de profissionais é insuficiente e não consegue atender as demandas de assistência à comunidade. Outra dificuldade é a falta de um veículo para o transporte das pessoas que necessitam de atendimento e que são deslocados até a cidade de Guarapuava. Possuem também a assistência odontológica na reserva, faltando o acompanhamento de uma assistente social, pois os índios apresentam algumas enfermidades que poderiam ser sanadas com a inclusão de orientações de saúde e higiene (SIMIONI, 2006, p.73).

Porém, segundo a entrevista prestada pelo Cacique Marcos, o mesmo relata que a Saúde precisa sim de melhoras e reparos, mas que algumas conquistas foram adquiridas como um espaço físico de atendimento, profissionais que vem prestar atendimento e que possuem um carro para situações emergenciais, mas que ainda não são suficientes para atender a demanda.

Atualmente, Marcos Santos tem posse do cargo de cacique da aldeia e, conta como vice cacique, Sr. Irani, as decisões sobre qualquer assunto da comunidade é discutida nas reuniões junto a “liderança”, segundo é chamada pelos indígenas, que representa uma comissão de cargos que formam o corpo político da aldeia.

Em diversas literaturas e órgãos públicos como FUNAI, encontra-se como dado, que a reserva possui as etnias Kaingang Xokleng, mas há outra etnia, os guaranis, que se instalaram na aldeia, por consentimento, em um local distanciado, do qual formaram sua comunidade e possui seu próprio sistema político.

Na aldeia de Marrecas há duas etnias diferentes, os Kaingang e os Guarani, convivendo na mesma reserva, porém distantes geograficamente, ou seja, com aldeias separadas, que em eventuais momentos, interagem, seja por festas, rituais, velórios, visitas a parentes ou reuniões políticas. Pelos relatos, os guaranis foram abrigados pelos kaingang em certo momento de vulnerabilidade, pois os mesmos foram expulsos de outra reserva, e assim foram ficando e agregando mais familiares, hoje possui um grupo coeso de famílias, formando sua comunidade.

Assim, sem saber ao certo se a terra foi emprestada ou passou a ser deles, perguntei se “a terra agora é dos guarani?”, o interlocutor 1 responde que “a terra é de todos nós”, destaca que cada um vive no seu espaço e tem boa convivência, especificando as diferenças, de que eles falam outra língua e possuem costumes diferentes. Também descreve que existe miscigenação entre as duas etnias, cita o exemplo de sua irmã que é casada com o cacique guarani. Assim, o interlocutor 2 continua, dizendo que “é bem somado”, ou seja, que a relação das duas etnias no mesmo território não é encarado como uma divisão, mas sim, uma soma, causando certa estranheza pelo pensamento meu pensamento individualista, me fazendo uma refletir sobre a diferença de valores do “branco” com indígena.

Essa comunidade Guarani, vive harmoniosamente com a outra etnias, se reúnem

em ocasiões especiais e dividem mesmos recursos naturais. Eles já se encontram à bastante tempo neste local, do qual formaram núcleos familiares e, possuem seu sistema educacional, contando com uma escola municipal de séries iniciais.

Indagando a convivência em uma conversa informal com dois indígenas, que trabalham na escola e, moram na aldeia a muito tempo, perguntei como ocorre a divisão de espaço e recursos com a outra etnia, o interlocutor 2 me responde: “A gente não divide, a gente soma!” mais uma vez apontado valores opostos aos ocidentais.

Esta frase impressionou-me, pois ela em sua forma simples, demonstra uma forma social diferente que conheço, explanaremos mais adiante, mas não poderia deixá-la de citar, pois ela fortalece a ideia de coletividade superando o individualismo, ideia está do pensamento piagetiano, que fala sobre a dualidade do egocentrismo e sociocentrismo na educação, mas que na percepção dos mais velhos da comunidade consiste em uma problemática social local, pois a nova geração está perdendo esses valores morais pregados pela cultura.

Durante essa conversa sobre a convivência das duas etnias, os dois agentes educacionais, me proporcionam diversos dados sobre essa socialização. Segundo o relato do interlocutor 2 indígena, os guaranis passaram a morar em Marrecas na sua gestão como cacique, que eles chegaram sem ter onde ficar e a comunidade em conjunto se comoveu e permitiram que eles ficassem em seu território. Os guaranis foram abrigados em outra área, formando uma aldeia distinta e distante dos kaingang, ele ali foram crescendo, construindo sua estrutura habitacional, possuem sua própria escola, e trocam visitas em festas comemorativas com a outra etnia.

As relações étnicas dos kaingang e guarani, se fundamentam em respeito a suas crenças, práticas culturais, religiosidade e a língua. A reciprocidade nos sentimentos, são formas mais profundas de humanidade, de consideração ao próximo, de realmente não haver divisões, mais sim, o compartilhar, o somar.

Conforme suas crenças dos kaingang, fundamentadas pelos relatos dos mais velhos da aldeia, o cacique e vice cacique deveriam pertencer a metades opostas; esta regra ainda é seguida em algumas terras kaingang – os próprios Kaingang justificam: apenas com indivíduos da metade oposta é possível planejar as ações

políticas; as punições, por outro lado, só podem ser aplicadas por indivíduos da mesma metade. Há, portanto, uma concepção de complementaridade entre estas posições.

Segundo diversos relatos, devido aos casamentos “proibidos” e a perda dessa cultura de separação, muitos dos indígenas não sabem a qual metade clânicas pertencem, gerando uma miscigenação e ao esquecimento dessa organização social, ou seja, essa é perca identificadas nas práticas culturais de Marrecas. A comunidade possui conhecimento da metades Kairu e Káme, mas muitos não conseguem identificar-se.

Outra pesquisa na mesma aldeia indígena (Marrecas) de Cavalheiro (2016) recente relata a mesma condição observada e nossa pesquisa, dizendo em um trecho da entrevista com um indígena que:

O meu pai quando ele contava isso das marcas da gente, do *Kamé* e do *Kairu*, então ele falava que qualquer pessoa não colocava esses nomes indígenas pra gente mas hoje mudou pra outra, hoje pra gente explicar bem hoje é difícil eu acho que os mais velhos deveriam explicar bem, mas eu acho que hoje não existe mais os mais velhos, pouca gente né? (Cavalheiros, 2016, p. 97)

Assim, voltando as atribuições dos cargos políticos, ela refere-se a uma representação da coletividade junto às autoridades do mundo dos brancos, quanto as decisões sobre diversos aspectos da dinâmica interna, sua capacidade de representação será um índice para futura permanência, pois para ser válida ela deve ultrapassar os limites da Terra Indígena. Este poder de autoridade, deve ser exercido e respeitado nos dois universos: indígena e não indígena.

O cacique e o vice cacique controlam toda a dinâmica interna da Terra Indígena relacionada aos processos de tomada de decisões relacionadas a aspectos econômicos, políticos, jurídicos e éticos, juntamente com outros membros que são chamadas de Liderança. A escolha do cacique é realizada através de eleição, da qual participam os homens com idade superior a 15 anos.

Não há remuneração para a função de cacique, seu trabalho é “doado” à comunidade, seu poder e prestígio é medido por sua capacidade de conseguir bens e serviços para seu grupo por

meio da intermediação com a sociedade envolvente.

Devido à organização sociocultural dos Kaingang, o cacique tem tendência ao favorecimento da própria família, devendo mostrar disposição em beneficiar também os familiares e a comunidade como um todo (principalmente crianças e velhos). Não é permitido a nenhum membro da liderança reter no limite de seu grupo familiar recursos que devem circular entre a comunidade. Estes fatores fazem parte das obrigações de reciprocidade e são determinantes, tanto para se ter o apoio de seu grupo familiar quanto para se ter a anuência dos demais membros da aldeia.

Antes do aldeamento, quando se acirravam os conflitos provocando cisões, os subgrupos se separavam indo habitar outros territórios. Atualmente, com a imposição aos índios de permanecerem em áreas delimitadas, os grupos têm sido forçados a buscar novas formas de resolver os conflitos internos.

A dinâmica política das comunidades indígenas, apresenta-se em um conjunto de valores e juízos paralelos as leis nacionais, visto que no espaço da reserva indígena, eles possuem autonomia para julgar, punir, organizar, proibir, dentre outras ações que lhe é lícita, inclusive dentro do espaço escolar e da gestão educacional. Essa presença da liderança na escola, garante a comunidade indígena sua autonomia, encaminhando o ensino segundo as expectativas coletivas.

Entretanto, a introdução da instituição escolar no seio das sociedades indígenas, mesmo almejada por eles e inserida num processo mais amplo de organização e luta, não ocorre sem conflitos. Nas falas das lideranças, nos cuidados que tomam ao implementar a escola, nas críticas que explicitam diante da instituição escolar, percebe-se uma ambiguidade na visão que os indígenas têm sobre a escola, deixando antever ao mesmo tempo um “querer” e um “não querer” essa presença nas suas aldeias. “Veem-na como um risco ao modo de vida tradicional, uma invasão dentro de sua própria terra, já que, como foi dito, a escola é uma instituição alheia ao modo de vida dos povos indígenas e historicamente tem causado danos aos processos próprios de educação e ao uso de seus idiomas” (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010, p. 7).

Esta resistência a educação é observada pela fala e o sentido dado do interlocutor 2 em

uma conversa sobre a inserção das crianças na escola, pelo seu pensamento ela interfere nas práticas culturais, mas reconhece a importância da educação, dizendo que:

“Eu não queria colocar meu “piá” no colégio, porque eu pensei será que não vai esquecer a nossa cultura. Eu quero que meu “piá” ande descalço, de tanga. O que a outra diretora, não queria deixar, mas de outro jeito seria difícil, como que ele ia tirar os documentos, como que ele vai se virar na cidade? Seria interessante, seria bom que eles reconheçam nosso conhecimento”.
(Interlocutor 2)

Dessa forma, em Marrecas a atuação do cacique e a liderança é presente, principalmente em marcos decisórios, como contratação de educadores, gestores e funcionários no início do ano letivo, caracterizado pelo ato de conceder ou não a carta de anuência, que possui caráter obrigatório para posse do cargo. Segundo o interlocutor indígena 1, “eles (a liderança) “reparam” (observam) as pessoas, se elas estão “andando” direito, se dá pra confiar na pessoa, eles não levam em consideração a opinião dos educandos”.

A presença da liderança se faz durante conflitos durante o ano letivo, ora em que são chamados pelos profissionais educacionais, ora se fazem presentes para reivindicação de mudanças pedidas pelos pais, educandos ou comunidade em geral. Comumente a comunidade nas datas comemorativas são convidadas a participação ativa, colaborando com ideias, funções e ajuda financeira, dos quais os mesmo se fazem presente. A liderança, o cacique e a comunidade fazem uso da autonomia que lhes foi dada legalmente dentro do espaço escolar.

A participação da liderança na escola acontece com frequência, eles acompanham e controlam a saúde e a educação, mas interlocutor 2 afirma “tem liderança aqui dentro”, e diz “quando tem algum problema “pesadinho” com os educandos a liderança vem, “entre as encrenca com os educandos a gente leva para a direção e a gente acompanha”.

Todavia ressaltam que os indígenas que trabalham na escola representam a liderança, que na sua ausência eles tem autoridade e poder para interferir em qualquer assunto educacional, o interlocutor 2 revela que sente representante dessa liderança, dizendo:

“mas eu me sinto liderança, eu estou em um cargo, eu tenho que cuidar do pessoal aqui, então eu me sinto da liderança já, porque se alguma coisa acontece, se eles me chamarem, eu vou “dou” conselho aos educandos, e eles me respeitam, porque não é só a liderança que tem que chamar atenção do educando, o funcionário também tem essa obrigação, porque ele convive mais com os educandos do que a liderança que tem outros afazeres lá fora, a gente que tá aqui dentro pode dar uns conselhos para eles, porque a gente tem mais experiência, só que os educandos respeitam nós [...] quando é bem complicadinho eles chamam a liderança, e quando os educandos gaseiam a aula eles chamam a mãe, pra tirar o caderno dali e explicar o porquê que saiu”.

Segundo o Cacique Marcos, não apenas ele mas a comunidade como um todo, acompanha diariamente o cotidiano escolar, as mães estão quase diariamente na escola acompanhando os pequenos e fazendo ao mesmo tempo seus artesanatos. Para ele existe um interesse da comunidade em participar mais no processo educacional, mas que ficam alheios ao espaços e as pessoas.

A participação da família na escola é mais frequente com os menores, das anos iniciais, na educação infantil, que as mães acompanham, algumas permanecem no pátio da escola, trançando seus artesanatos e cuidando de longe seus filhos, quando eles crescem as mães permitem eles irem sozinhos. (Diário de campo-observações)

Ele (Cacique Marcos) ressalta, que o objetivo da escola é que ela seja voltada para os indígenas, que ele lembre todos os dias sua trajetória histórica, que os educadores contem a “verdadeira”⁹ história, “a história dos índios!”¹⁰.

⁹ Palavra citada na entrevista com o cacique.

¹⁰ Durante a entrevista ele explica está frase citada por ele, dizendo que quando ele aponta a “verdadeira história dos índios!”, ele se refere a ouvir a versão do ponto de vista indígena, pois as bibliografias que trazem os livros didáticos mostram a versão impostas dos colonizadores, mas desprezam a “verdade” vivida pelos indígenas, termina dizendo durante a entrevista: “A história dos índios não são contada por índios, são contadas por pessoas que nos odiaram, nos maltrataram, nos tiraram tudo, as terras, a família e principalmente a dignidade”.

Muitos conhecimentos dos indígenas mais velhos deveriam ser inclusos nas aulas, assim haveria mais integração e participação da comunidade no processo escolar, segundo ele. Mas que o ideal, seria educadores indígenas atuando em todas as disciplinas, pois eles conseguiriam mais diálogo com os educandos, nesse intermédio da cultura kaingang.

Ressalta que há um incentivo grande para que os educandos vão até as universidades para buscar a profissionalização, que dê competência para exercer estes cargos na educação, bem como na saúde. Este é um processo longo, mas que ao poucos vão surtindo resultados. Cita que na aldeia tem 5 acadêmicos e, que eles encontram muitas dificuldades fora da aldeia, preconceito o mais presente, que fazem desistir da caminhada.

Um estudo recente demonstra que existe uma demanda grande de formação de docentes indígenas, visto que segundo Borniotto (2017), nas 37 escolas indígenas existentes no Estado do Paraná, há um total de 875 profissionais de educação, sendo 353 desses, indígenas (40%) e 522, não indígenas (60%). Nos quadros estão considerados, funções tais como: pedagogos, educadores bilíngues, educadores de educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e agente administrativo. Em sua grande maioria eles atuam como vínculo temporário com a SEED por meio de PSS, em que o contrato pode ser renovado ou não, anualmente, por meio de edital público e declaração de anuência do cacique de cada comunidade (AMARAL; FRAGA, 2016).

Por fim, em nossa conversa, pairou uma dúvida no ar, da qual o cacique não respondeu, deixando-o reflexivo. Qual a função da escola para os indígenas? A escola de Marrecas está formando educandos para quê? A escola tem finalidade para vida kaingang ou prepara os educandos para concorrência nas universidades?¹¹

CARACTERIZAÇÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS KAINGANG DESCRITAS NA LITERATURA E SUA RELAÇÃO COM A DISCIPLINA CIÊNCIAS NATURAIS

A tradição familiar passada através das gerações caracterizam os elementos da cultura. Cultura esta, que não permanece estática e que

¹¹ Voltaremos nestes questionamentos no capítulo 2, com os apontamentos dos educadores indígenas e não indígenas.

dessa forma justificam mudanças culturais e separação de um grupo formando grupos diferentes, que entretanto, possuem a mesma raiz linguística e cultural, os povos Jê, do qual quando se referimos as características distintivas dos grupos étnicos indígenas podemos considerar a língua como um sinal diacrítico.

As subdivisões orienta todas as relações sociais e culturais e são designações de metades clônicas para distinção entre membros na sociedade Kaingang. Com esse uso busca-se destacar a associação das metades e com seus respectivos "pais ancestrais", homônimos das metades. Assim passa a ter uma noção da descendências e as teorias de alianças. Todos os processos sociais e culturais estão pautados nestas metades ancestrais.

Na organização social dos Kaingang é a divisão nas metades exogâmicas, KAMÉ e KAIRU, que se opõem e se complementam, dessa forma eram baseadas a construção das famílias.

Na realização do ritual kikikoi, também vemos a forte presença do dualismo, das divisões de funções, papéis cerimoniais, pintura corporal, danças, cantos e rezas. Este culto aos mortos, seguem regras, e a primeira dela é que seja oferecida apenas quando há mortos das duas metades. Neste ritual também podemos apontar a íntima relação da cultura Kaingang com a natureza, e a simbologia de cada signo para ela.

Os xamãs, que orientavam e realizavam o ritual detinham grande parte do conhecimento sobre a natureza, e com a perseguição a eles, estes conhecimentos foram perdendo-se, descaracterizando a cultura dos antepassados. Outros conhecimentos relacionados a flora, eram agregados aos que fabricavam armas de guerra e caça, utensílios domésticos e enfeites, feito por tecidos de fibras de urtiga brava, talas de caraguatá, cestos de taquara de vários tamanhos e formas para fins diversos, enfeites e adornos e utensílios de cerâmica e porongos (cabaças).

O conhecimento dos recursos naturais eram necessários para fabricar utensílios domésticos, de proteção e ataque em confrontos, para caça, pesca e plantação, preparação dos alimentos e outras diversas funções, em que a matéria bruta tinha que ser moldada conforme sua finalidade.

Sem dúvidas, o papel da escola nesse intermédio do conhecimento científico com a cultura fatigante e dubitável, principalmente quando o mediador não é pertencente a etnia, pois a abertura de diálogo com a educador já se torna

restrita, seja por vergonha em expressar-se ou por presumir irrelevante para o ensino, aqui estão expressar uma pequena mostra de possibilidades de realizar a interculturalidade nas disciplinas, mas que demonstra, que sim, é possível.

ECONOMIA KAINGANG E A SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR E AMBIENTAL

A cultura Kaingang organizou-se sobre uma economia baseada na caça, pesca, coleta e agricultura complementar. Atualmente a agricultura é o elemento básico da economia Kaingang.

Confinados em minúsculas parcelas de terra, o constante reuso do solo e a perda da cobertura vegetal transformaram as Terras Indígenas em espaços degradados ambientalmente cuja produtividade não atende as necessidades materiais das famílias. (ISA, 2003, p.12) a cultura Kaingang é dinâmica e dotada de princípios classificatórios e organizacionais de grande alcance que se manifestam em todos os campos da vida social, mas “não é óbvia a olhos não treinados, não insistentes, não iniciados.” (FERNANDES, 2003, p. 5).

Nas observações participativas, a pesquisa desvelou que estas práticas a aldeia de Marrecas são praticamente inexistentes, pois possuem casos isolados que mantém estes costumes, como de caça. A percepção e pela análise do discurso dos entrevistados, os indígenas continuam preservando as florestas, mas que todavia não fazem uso direto de seus recursos naturais para sobrevivência.

As famílias em geral não fazem mais uso da caça, quando ocorre esporadicamente, principalmente quando há aumento na população de catetos, animais agressivos e perigosos que se aproximam da aldeia para procurar alimentação. Eles possuem animais domesticados de consumo de proteína como galinha e porco, casualmente eles pescam no rio Marrecas, e possuem roças familiares de plantações de poucos item, como mandioca, batata-doce, feijão, milho, algumas verduras e condimentos, mas que outras fonte de alimentação como arroz, óleo, açúcar, trigo e demais produtos são adquiridos em comércios das cidades mais próximas- Turvo e Guarapuava.

Pela análise de dados, este recurso financeiro provém grande parte do trabalho da produção de erva-mate que sustenta quase toda a

aldeia, porém outras fontes como bolsa família, artesanato e colheita de pinhão complementam as rendas familiares.

Pelo convívio com os Kaingang é possível perceber que as atividades cotidianas estão marcadas por distintivos étnicos, pequenos atos que indicam a filiação cultural tais como o tipo de agricultura, a caça, a cestaria, o respeito pelas crianças, a perambulação entre as áreas indígenas, a existência de pequenas casas de fogo atrás ou ao lado da casa principal onde geralmente vivem os mais velhos.

A área da Reserva indígena de Marrecas é a terceira maior reserva no Estado do Paraná, todavia, devido ao período colonial e do império, muitas devastações ocorrem, e a área sofre influências externas das áreas que rodeiam a mesma. Influências no quesito ambiental, de desmatamento, invasões dos limites, poluição do rio que passa pela aldeia, mas a preocupação mais alarmante está na produção do lixo pelo consumo de produtos industrializados, pois a comunidade não possui assistencialismo básico de coleta de lixo, e o mesmo vem sendo incinerado ou acaba jogado no meio natural.

Frisando que as famílias na comunidade de Marrecas conseguem seu sustento financeiros, por três práticas principais: coleta de pinhão (sazonal), artesanato e a colheita de erva-mate nativa.

A coleta de pinhão ocorre em um período do ano, aproximadamente de abril a final de junho, a prática cultural dos indígenas, consiste em adentrar a floresta por dias para coleta, onde toda a família, homens, mulheres e filhos participa. O homem tem o papel de subir no pinheiro através de uma ferramenta artesanal, chamada por eles de “esporão”, que são como grampos que penetram na madeira para segurar pés na escada. As mulheres e crianças fazem a colheita no chão.

Esse período de colheita afeta a frequência escolar das crianças na escola e, conseqüentemente sua aprendizagem, porém não há nenhuma medida sendo tomada por parte da gestão e da SEED, pois uma das soluções possíveis, seria a mudança do calendário escolar em respeito à prática cultural, que já foi tentada segundo a instituição, mas que não houve êxito, por barramento em função dos direitos trabalhistas. Questiono por que duas leis se contradizem? Ou se há má vontade pelos órgãos públicos de adequar-se à realidade cultural kaingang?

As faltas dos educandos tem sido abonadas por trabalhos domiciliares e, não há previsão de mudança do quadro, assim os educandos não reprovam por falta. Porém perdem em questão do desenvolvimento cognitivo segundo a direção escolar e os educadores não indígenas, mas que em contrapartida a concepção dos indígenas é ambígua, eles que acreditam que aprendizagem das práticas culturais é tão importante quando o educação formal. Esta é uma problemática complexa, pois envolve concepções ambíguas, visões diferentes, que elencam prioridades diferentes, assunto que trataremos mais adiante.

A colheita de erva mate nativa ocorre em toda extensão da reserva e, é encontrada em abundância, porém os indígenas conhecem práticas de preservação e tempo de corte, o que permite um manejo sustentável. A empresa Guayagui, da Califórnia, nos Estados Unidos é compradora na erva-mate nativa, em 2011 a aldeia exportou cerca de 20 toneladas de erva-mate segundo Portal Rede Sul de Notícias (2011).

Na entrada da aldeia, encontra uma placa de informação, sobre a produção, com um aviso explícito que possui um manejo sustentável. Está informação me instigou, e durante as entrevistas indaguei sobre a palavra “sustentável!”. Os indígenas explicaram que ela significa, que não há plantações de erva-mate, ela uma planta nativa que se encontra em todo seu território, mas que seu manejo de colheita ocorre de tal forma, que não prejudique a planta, matando-a. Eles fazem a colheita do que chamam de excesso. Um dos produtores da erva-mate explica que “as vezes demoramos mais de 5 anos para voltar a mesma planta de erva, porque marcamos cada planta e seguimos até voltar a primeira, isso demora tempo [...] existe lugares distante que nunca foi coletado, esses dias eu encontrei um que era muito grande, fiquei impressionado”.

A empresa Guayakí é responsável pela grande parte da renda econômica familiar da comunidade Kaingang, e a relação produtiva de erva-mate sustentável é vista com bons olhos, pois possibilita uma situação social mais favorável, que remete diretamente ao desenvolvimento e permanência escolar das crianças, bem como uma condições mínimas de dignidade humana para subsistência.

Portanto a instalação da empresa na aldeia indígena trouxe consigo muitos elementos positivos como estabilidade financeira para as famílias kaingang, colocando a situação social da

aldeia fora da miséria como se encontra muitas outras, afirma o Cacique Marcos que “aqui só passa fome quem não tem vontade de trabalhar, porque serviço tem para todos!”.

Porém, ela também possui pontos negativos, pois criou uma problemática cultural, da qual foi exposta durante a pesquisa primeiramente pelos educadores não indígenas e refirmada posteriormente pelos indígenas. Dentre a principal problemática enfrentada na aldeia está o acúmulo de resíduos sólidos, que não possuem destinação correta, pela prefeitura. Importante lembrar que nos últimos anos teve maior acúmulo de resíduos sólidos, devido consumo relativamente crescente por produtos industrializados, fato decorrente ao poder aquisitivo do trabalho de produção agrícola.

Outro ponto apontado pela direção, considerado negativo, consiste na saída precoce de jovens para o trabalho na colheita de erva-mate, e geralmente a evasão do ensino médio aumenta para sexo masculino em função disto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da ótica kaingang, a escola tem colaborado muito para desenvolvimento da comunidade, essas mudanças tem sido percebidas ao longo dos últimos anos, mas que ela ainda não possui o formato desejado pela cultura. Para os indígenas, sua participação no espaço escolar, deve ir além de conceder anuência aos professores que iram trabalhar na escola, mas efetivamente estar no seio escolar protagonizando da pedagogia.

Este desejo de protagonizar, implica primeiramente em possuir indígenas com formações em licenciaturas par direcionar o ensino de forma efetiva pela cultura kaingang, visto que grande maioria não são indígenas, mas esta pesquisa não aprofunda esse aspecto, mas sim, o segundo item, a interculturalidade no ensino.

Na grande parte dos relatos, existe ainda uma resistência dos indígenas pela educação escolar, pelo medo de perder suas raízes culturais, pois os mesmos, não veem a escola como fortalecimento da identidade kaingang, pois os educando nestes espaços, apenas se apropriam de conhecimentos formais, da cultura ocidental, sendo encarado o conhecimento indígena apenas em momentos esporádicos de festas e comemorações na escola.

Isso acentua pontos, que eles observam que não vem sendo trabalhados na escola para ajudar a resoluções de problemáticas locais, e que deveriam ser inseridos no currículo, bem como ser tratados em forma de diálogo: educador/educando/comunidade. Citados durante o texto, estão como principais temas: história indígena no Brasil, Direitos e deveres indígenas, ICMs ecológicos, Economia kaingang local, sustentabilidade, tratamento de resíduos sólidos, PEC 215, poluição de solo e rios, resgate cultural de práticas Kaingangs, produção de registros históricos de memórias em língua kaingang, dentre outros.

Portanto, a comunidade indígena Kaingang de Marrecas mostrou-se interessada em participação na construção da escola intercultural, apontando que possuem muitos conhecimentos, anseios e expectativas sobre a temática, mas que há pouco dialogo neste processo, complementando a necessidade de estudos neste aspecto.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Wagner Roberto do; RODRIGUES, Michelle Aparecida; BILAR, Jenifer Araujo Barroso. Os Circuitos de Trabalho Indígena: Possibilidades e Desafios Para Acadêmicos e Profissionais Kaingang na Gestão das Políticas Públicas. *Mediações*, v. 19, n. 2, p. 129, 2014.
- ASSIS, Valéria de; GARLET, Ivoro José Análise sobre as populações Guaraní contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. *Revista de Índias. Espanha*, Instituto de História CSIC, n. 230, 2004.
- BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes Educação bilíngüe, lingüística e missionários. Em Aberto. Brasília, v.14, n.63, jul./set. 1994.
- BARTH, Frederick. *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Boston: Little Brown & Co, 1969. p. 10 – 11. Apud. OLIVEIRA, R. C. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976. p. 2.
- _____. Grupos étnicos e suas fronteiras. Bergen, Oslo: Universit etsforlaget, 1969. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 185-228.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2010, vol.30, n.60, p.55-75.

- BITTENCOURT, Libertad Borges. O movimento indígena organizado na América Latina: a luta para superar a exclusão. IV Encontro da ANPHLAC. Salvador, 2000.
- BRASIL. Lei n. 6.001. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União. Brasília, p. 13.177, seção I, 21 de dezembro de 1973.
- BORNIOTTO, Maria Luisa da Silva. Políticas de inclusão e formação superior de estudantes indígenas no paraná: experiências da universidade estadual de maringá. f. Tese (Doutorado em Educa o) UEM. Maringá, 2017.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. A língua Kaingang, a forma o de educadores e o ensino escolar. (1999) Publicado em: Saudades da língua: a Linguística nos 25 anos do IEL-UNICAMP. Campinas: DL-IEL, Mercado de Letras, 2003, pp. 373-391.
- CAVALHEIRO, Rosa Maria. A Educa o Escolar e os aspectos da cultura Kaingang da Terra Indígena de Marrecas. 2016. 117 p. Disserta o de Mestrado em Educa o – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2016.
- FAUSTINO, Rosângela Célia. Política educacional nos anos de 1990: O multiculturalismo e a interculturalidade na educa o escolar indígena. 2006. 330 f. Tese (Doutorado em Educa o). Programa de P s-Gradua o em Educa o, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- FERNANDES, Ricardo Cid. Política e parentesco entre os Kaingang. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- FUNAI.  ndios no Brasil. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> acesso: 25/07/2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos indígenas no Brasil (2004). Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/index.html> Acesso em: janeiro de 2015.
- ORD NEZ, Jacinto. Hacia una filosofía de la educación ambiental. In: PRÁXIS.  tica y Medio Ambiente. Revista del Departamento de Filosofía de la Universidad Nacional de Heredia. San José – Costa Rica, n. 43-44, p. 45-58, out. 1992.
- PERES, Sidnei C. A o afirmativa e direitos culturais diferenciados: as demandas indígenas pelo ensino superior. In: LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Org.). Desafios para uma educa o superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de a o afirmativa e direitos culturais diferenciados. Rio de Janeiro: Museu Nacional/LACED, 2007.
- PORTAL KAIKANG, 2016. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/index_marrecas.htm acesso: 25/07/2016.
- PORTAL REDE SUL DE NOTÍCIAS, 2011. Disponível em: <http://www.redesuldenoticias.com.br/home.asp?id=42541> acesso: 27/07/2016
- TOMMASINO, Kimiye. A educa o escolar indígena no Paraná. XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, julho de 2000.
- SIMIONI, Maristela de Paula. ICMS Ecológico e terras indígenas: Um estudo de caso da Reserva Indígena de Marrecas-PR. Disserta o (Mestrado em Desenvolvimento Econ mico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- TOLEDO, M. J. O.; PALUDETTO, A. W.; MOURA, F. T.; NASCIMENTO, E. S.; CHAVES, M.; ARAÚJO, S. M.; MOTA, L. T. Avalia o de atividades de controle para enteroparasitos em uma aldeia Kaingang do Paraná. Revista Saúde Pública, v. 43, n. 6, p. 981-990, 2009;
- URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas (1992). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdu o teórica e conceitual. In. SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 40.